

- RGRS-

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

GNC AUTOMOTORES LTDA

CNPJ: 04.798.469/0011-40



Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA

Relatório de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - RGRS

INTERESSADO

GNC AUTOMOTORES LTDA

CNPJ: 04.798.469/0011-40

ASSUNTO

Licença de Operação N° 041/2017 – SEUMA

**JULHO
2021**

Fortaleza - Ceará

Rua Eusébio de Sousa, Nº 473, Bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE | Tel.: + 55 85 3393.8392

CNPJ: 20.662.963/0001-68

contato@hlsolucoesambientais.com.br



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	3
2. IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	3
3. PLANTA DE SITUAÇÃO.....	4
4. DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	5
4.1 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	5
4.2 TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL	6
5. CONCLUSÃO.....	6
6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA	15



1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- **Razão Social**
- GNC AUTOMOTORES LTDA
- **CNPJ**
- 04.798.469/0011-40

2. IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

- **Responsável Técnico (a)**

Laiz Hérica Siqueira de Araújo

- **Formação profissional**

Doutora em Engenharia Civil - Saneamento Ambiental – UFC

Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental - UECE

Mestra em Engenharia Civil - Saneamento Ambiental - UFC

Tecnóloga em Processos Químicos - IFCE

Técnica em Química - IFCE

Técnica em Meio Ambiente – IFCE

- **Número de registro**

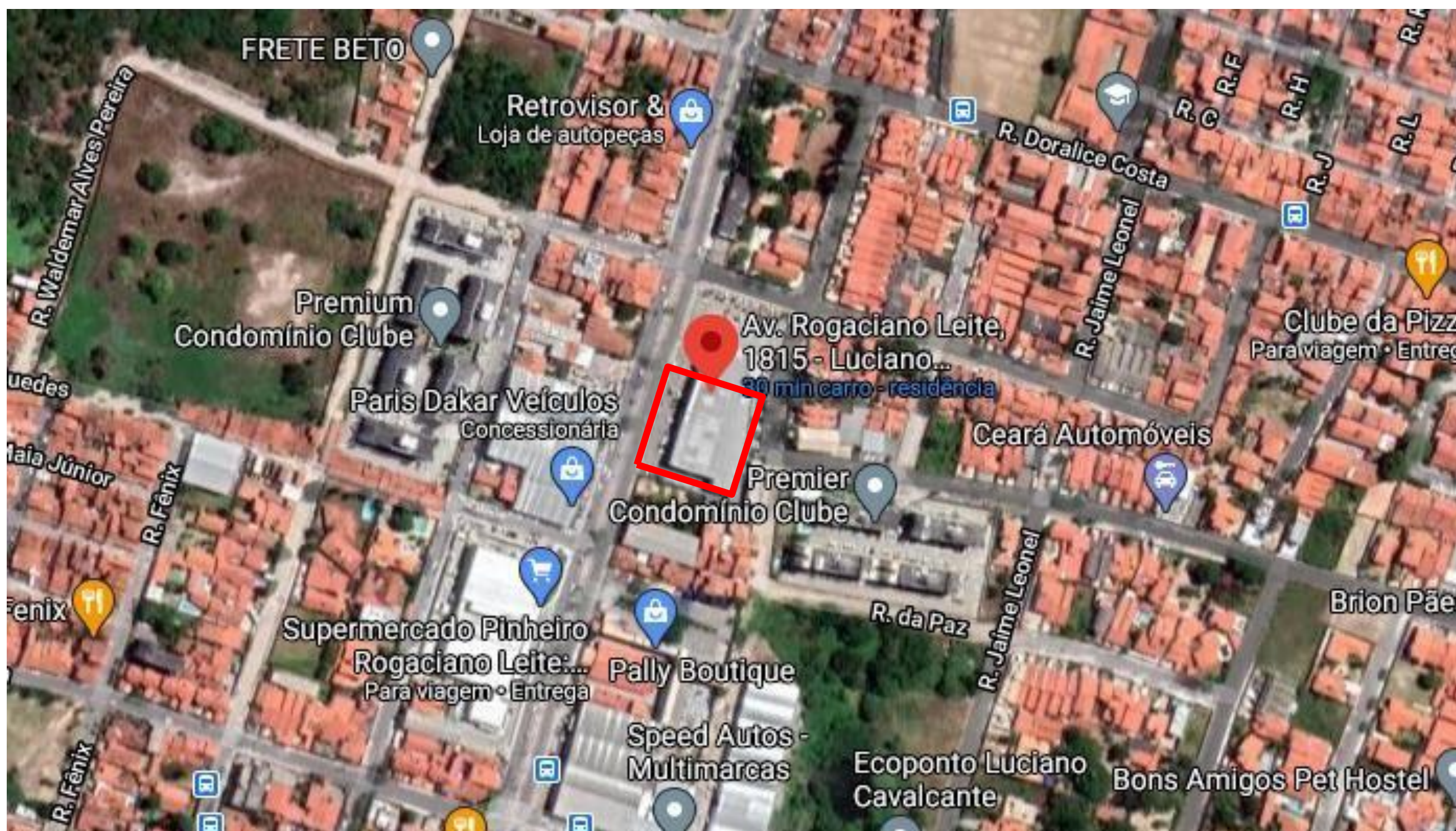
CRQ nº 10.400.333

- **Cadastro**

CTM002004/2020



3. PLANTA DE SITUAÇÃO



Rua Eusébio de Sousa, Nº 473, Bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE | Tel.: + 55 85 3393.8392

CNPJ: 20.662.963/0001-68

contato@hlsolucoesambientais.com.br



4. DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Os Resíduos Sólidos são todos os restos sólidos e/ou semissólidos provenientes de atividades ou processos de origem industrial, doméstica, agropecuária, hospitalar, comercial ou outras e que se encontrem no estado sólido, semissólido, ficando incluídos nessa definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e efluentes, bem como aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição.

Na execução de uma atividade, a geração de resíduos é algo inevitável, por isso a necessidade e obrigação, de acordo com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos a sua segregação na fonte geradora, bem com a sua disposição final de forma adequada e sustentável. Foram identificadas como principais ambientes geradores de resíduos sólidos no empreendimento:

- Setor produção
- Setor administrativo.

4.1 Classificação dos Resíduos Sólidos

De acordo com a NBR 10004:2004, os resíduos sólidos são classificados da seguinte forma (Quadro 1):

CLASSIFICAÇÃO NBR 10004:2004	DESCRIÇÃO
Classe I – Resíduos Perigosos	Por serem inflamáveis, tóxicos, patogênicos, corrosivos ou reativos, que podem apresentar riscos à saúde pública, provocando ou contribuindo para o aumento da mortalidade ou incidência de doenças e que apresentam risco de poluição quando manejados ou dispostos de forma inadequada.
Classe II A – Resíduos não Perigosos – Não Inertes	Por não serem enquadrados nas classificações de resíduos classe I – Perigosos ou de resíduos classe II B – Inertes, nos termos desta Norma. Podendo ter propriedades, tais como: biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água.
Classe II B – Resíduos não Perigosos – Inertes	Quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a ABNT NBR 10007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou deionizada, à temperatura ambiente conforme a ABNT NBR 10006, não tiverem nenhum dos constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor.



4.2 TRANSPORTE EXTERNO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL

No que concerne ao tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, a Lei nº 12.305 de 2010 e Decreto nº 7.404 de 2010, declaram que os resíduos recicláveis devem preferencialmente ser destinados para associações e/ou cooperativas de catadores de reciclados, incentivando as boas práticas de responsabilidade socioambiental. Já os resíduos não recicláveis devem ser dispostos em aterro sanitário por meio de contratação de empresa especializada. Sobre os resíduos perigosos, a referida Lei enfatiza a importância da destinação adequada e a prática da logística reversa, abordando a necessidade de meios de comunicação entre o gerador dos resíduos e o fabricante do produto utilizado.

Em relação aos resíduos não perigosos (Classe II), é efetuado a venda para empresa NovaTerra Locação e Serviços LTDA, a qual dá a destinação correta aos resíduos e está devidamente licenciada junto aos órgãos pertinentes.

Os resíduos perigosos (Classe I) são levados pelas empresas Transágua Transporte de Água LTDA (Engenium) a qual dá a destinação correta aos resíduos e estão devidamente licenciadas junto aos órgãos pertinentes.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que a GNC AUTOMOTORES vem atendendo as deliberações das legislações concernentes à destinação final dos resíduos sólidos gerados no seu empreendimento e adota práticas de coleta seletiva, com o intuito de atender a Lei nº 12.305 de 2010 e o Decreto nº 7.404 de 2010, os quais declaram que os resíduos recicláveis devem preferencialmente ser destinados para associações e/ou cooperativas de catadores de reciclados, incentivando as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Para fins de comprovação ambientalmente adequada, seguem em anexo as Declarações de destinação desses resíduos



AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS

janeiro/2021

Nº MTR	Destinador	Transportador	Data	Situação	Resíduo	Classe	Quantidade	Unidade	Tratamento	CDF Nº
231000193035	ECOFOR	NOVATERRA	20/01/2021	Recebido	Resíduos Orgânicos e Varrição	CLASSE II A	0,48	Ton	Disposição em Aterro Sanitário	17771
231000262204	ECOFOR	NOVATERRA	27/01/2021	Recebido	Resíduos Orgânicos e Varrição	CLASSE II A	1,2	Ton	Disposição em Aterro Sanitário	17771
231000289348	ECOFOR	NOVATERRA	29/01/2021	Recebido	Resíduos Orgânicos e Varrição	CLASSE II A	0,48	Ton	Disposição em Aterro Sanitário	17771

AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS

fevereiro/2021

Nº MTR	Destinador	Transportador	Data de Emissão	Resíduo	Classe	Quantidade recebida	Unidade	Tratamento	CDF Nº
231000309720	ECOFOR	NOVATERRA	01/02/2021	Resíduos orgânicos	CLASSE II A	0,24	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	147762
231000340933	ECOFOR	NOVATERRA	03/02/2021	Resíduos orgânicos	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	147762
231000370288	ECOFOR	NOVATERRA	05/02/2021	Resíduos orgânicos	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	147762
231000391683	ECOFOR	NOVATERRA	08/02/2021	Resíduos orgânicos	CLASSE II A	0,24	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	147762
231000460984	ECOFOR	NOVATERRA	12/02/2021	Resíduos orgânicos	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	147762
231000485327	ECOFOR	NOVATERRA	15/02/2021	Resíduos orgânicos	CLASSE II A	0,24	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	147762
231000575781	ECOFOR	NOVATERRA	19/02/2021	Resíduos orgânicos	CLASSE II A	0,24	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	147762
231000654275	ECOFOR	NOVATERRA	24/02/2021	Resíduos orgânicos	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	147762
231000698676	ECOFOR	NOVATERRA	26/02/2021	Resíduos orgânicos	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	147762

AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS

março/2021

Nº MTR	Destinador	Transportador	Data de Emissão	Data	Resíduo	Classe	Quantidade recebida	Unidade	Tratamento	CDF Nº
231000762794	ECOFOR	NOVATERRA	03/03/2021	03/03/2021	Resíduos orgânicos e varrição	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	150509
231000874793	ECOFOR	NOVATERRA	17/03/2021	17/03/2021	Resíduos orgânicos e varrição	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	150509

AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS

maio/2021

Nº MTR	Destinador	Transportador	Data de Emissão	Resíduo	Classe	Quantidade recebida	Unidade	Tratamento	CDF Nº
231001634776	ECOFOR	NOVATERRA	26/05/2021	Resíduos orgânicos e varrição	CLASSE II A	0,24	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	174905



Rua Eusébio de Sousa, Nº 473, Bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE | Tel.: + 55 85 3393.8392

CNPJ: 20.662.963/0001-68

contato@hlsolucoesambientais.com.br

AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS

junho/2021

Nº MTR	Destinador	Transportador	Data de Emissão	Resíduo	Classe	Quantidade	Unidade	Tratamento	CDF Nº
231001794645	ECOFOR	NOVATERRA	11/06/2021	Resíduos orgânicos e varrição	CLASSE II A	0,24	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	231016
231001836452	ECOFOR	NOVATERRA	16/06/2021	Resíduos orgânicos e varrição	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	231016
231001868446	ECOFOR	NOVATERRA	18/06/2021	Resíduos orgânicos e varrição	CLASSE II A	0,24	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	231016
231001910311	ECOFOR	NOVATERRA	23/06/2021	Resíduos orgânicos e varrição	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	231016
231001928616	ECOFOR	NOVATERRA	25/06/2021	Resíduos orgânicos e varrição	CLASSE II A	0,48	Tonelada	Disposição em Aterro Sanitário	231016

6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A HL Soluções Ambientais é responsável pela elaboração deste relatório, o qual possui informações disponibilizadas pela GNC AUTOMOTORES se restringindo somente aos dados por ela apresentados.



HL Soluções Ambientais EIRELI

CNPJ nº: 20.662.963/0001-68


CREA/CE nº 201853644/2019


Laiz Hérica Siqueira de Araújo

Dra. em Engenharia Civil



ANEXOS

 Prefeitura de Fortaleza			
CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL			
Número de Inscrição CTM002004/2020		Data de Emissão 21/08/2020	
Concedido a HL SOLUCOES AMBIENTAIS EIRELI		CNPJ 20.662.963/0001-68	
Nome de Fantasia HL SOLUCOES AMBIENTAIS			
Endereço RUA EUSEBIO DE SOUSA Nº473 JOSÉ BONIFÁCIO FORTALEZA60050110			
REPRESENTANTE LEGAL			
CPF 02504797370		Nome do Responsável LAIZ HERIDA SIQUEIRA DE ARAUJO	
PROFISSIONAIS TÉCNICOS			
CPF	Nome Profissional	Formação Profissional Principal	RNP
02504797370	LAIZ HERIDA SIQUEIRA DE ARAUJO	TÉCNICO QUÍMICO	10400333
04824320399	REIAN MOTA MELO	ENGENHEIRO AMBIENTAL	0617705933
COMPETÊNCIAS/ATRIBUIÇÕES TÉCNICAS			
AIA - AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
EAS/RAS - ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO/RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
EIA/RIMA - ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/ RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
EIS/REIS - ESTUDO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICO/ RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICO (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
EIV - ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
ENSAIO DE ABSORÇÃO DE SOLO			
ENSAIO DE SONDAGEM			
ESTUDO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA CHAMINÉ			
EVA - ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL			
EXECUÇÃO/MANUTENÇÃO DE PUBLICIDADE			
LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA			
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO / GEOREFERENCIAMENTO			
MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO			
PBA - PLANO BÁSICO AMBIENTAL			
PCA - PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
PGRCC - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL			
PGRS - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
PGRSS - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE			
PLANO DE MANEJO DE FAUNA E FLORA			
PLANO DE MANEJO DE FLORA			
PLANO / EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA ETE/EEE			
PRAD - PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
PROJETO ACÚSTICO			
PROJETO ARQUITETÔNICO			
PROJETO DE DRENAGEM (ART)			



Impresso em 21/08/2020 09:29:31

1 / 2

PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA DE ÁGUA E ESGOTO
PROJETO HIDROSSANITÁRIO
RAMA - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL

OBSERVAÇÕES

- 1- Requerente deste Cadastro Técnico (pessoa logada): LAIZ HERIDA SIQUEIRA DE ARAUJO, CPF: 02504797370
- 2- Este Cadastro é Pessoal e Intransferível.
- 3- As Competências/Atribuições Técnicas dos profissionais cadastrados são definidas pelos Conselhos de Classe Profissional, conforme regulamentação específica, e deverão estar de acordo com a Declaração emitida pelo respectivo Conselho.
- 4- Os responsáveis técnicos que prestarem declarações falsas, omitirem informações relevantes ou em desacordo com a legislação vigente terão seus cadastros suspensos pelo Órgão Municipal competente, com o prazo de acordo com legislação específica.
- 5- Este cadastro não exige os profissionais de estarem regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de que trata a Resolução nº 01, de 13 de junho de 1988, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- 6- Este Cadastro Técnico tem VALIDADE enquanto a empresa estiver ativa e exercendo as competências e atribuições técnicas indicadas. Qualquer alteração dos dados apresentados invalida este Cadastro Técnico até que seja realizada a Alteração via Sistema Fortaleza Online.

LEI FEDERAL Nº 9605/1998 C/C DECRETO FEDERAL Nº 6514/2008.

"Art. 69-A da Lei Federal nº 9605/1998: Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena – Reclusão, de 3(três) a 6(seis) anos, e multa";

"Art. 82 do Decreto Federal nº 6514/2008: Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissão, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)";

DECRETO LEI 2848/40 – CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.



LICENÇAS AMBIENTAIS



Prefeitura de Fortaleza

Secretaria Municipal de
Urbanismo e Meio Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Processo SEUMA 4261/2017	Parecer Técnico 436/2017	Data de Expedição 19/06/2017	Validade 19/06/2022	Nº 219/2017
Empreendedor NOVATERRA LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA				
Atividade Principal Constatada COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS				
Endereço AVENIDA HUMBERTO MONTE, Nº 2929, SALA 212.				Bairro PICI
Município FORTALEZA				Estado CEARÁ
CNPJ/CPF 26.760.957/0002-00 - FILIAL				

EMPREENDIMENTO:

Escritório de prestação de serviço na área de coleta e transporte de resíduos perigosos (classe I), não perigosos (classe II), recicláveis (classe III - papel e papelão), saúde (Grupos A e E), demolição e construção civil.

* Possui 05 caminhões movidos a diesel;

* No local não são realizados serviços de guarda, manutenção, reparação e lavagem dos veículos;

* A guarda e a lavagem dos veículos são realizadas na matriz da empresa localizada na Rodovia BR 116, nº 2100, KM 21, Eusebio/CE. Os serviços de manutenção e reparação são realizados por empresas terceirizadas.

CONDICIONANTES:

ESTA LICENÇA NÃO EXIGE O ESTABELECIMENTO DE POSSUIR ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS E LICENÇA SANITÁRIA.

1. Esta licença refere-se às questões ambientais, tendo sido emitida com base nas condições operacionais da empresa em 19/06/2017, não contemplando a segurança contra incêndio e pânico, objeto do Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros, o qual é condição para operação do empreendimento. Esta licença poderá ser cancelada caso haja violação ou inadequação das condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição desta Licença conforme Art. 56 da Lei Complementar nº 208/2015;
2. Submeter à prévia análise da SEUMA qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento;
3. Identificar os caminhões e contêineres com o nº da LO e sua validade, e com o credenciamento realizado pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SCSP;
4. A empresa declarou não estar enquadrada como grande geradora de resíduos como preceitua a Lei Municipal nº 9.405/1999 alterada pela Lei Municipal nº 10.340/2015. Caso passe a gerar resíduos em volume igual ou superior a 100 litros / dia ou resíduos perigosos, independente de quantidade, será passível de aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos - PGRS, devendo dar entrada em processo específico nesta secretaria através do sistema online (site: <http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/residuos.jsf>);
5. Para o transporte do resíduo, não deverá destinar resíduos sólidos da construção civil a aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotas vagos e áreas protegidas por Lei, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução Conama 307/2002, bem como a área de invasão, áreas de amortecimento de cheias, áreas de preservação permanente, áreas de interesse ambiental e locais não licenciados pela SEUMA;
6. Os resíduos deverão ser obrigatoriamente destinados a locais licenciados, nos termos do Decreto nº 13.577/2015;
7. As cargas deverão ser identificadas com o manifesto de transporte de resíduos - MTR, nos termos do Decreto nº 13.577/2015;
8. Deixar disponível à Fiscalização: Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros; Relatório dos testes de opacidade de todos os veículos movidos a diesel da empresa, conforme os parâmetros da resolução CONAMA Nº 416/2009. Deverá ser realizado anualmente por empresas associadas ao Sindicato Nacional das Empresas de Inspeção de Segurança e Técnica Veicular (SINAV), uma via deverá andar dentro do veículo;
9. Cumprir rigorosamente o que determina a Legislação Ambiental vigente nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;
10. Adotar todas as medidas preventivas para evitar qualquer tipo de poluição ao meio ambiente;
11. A Licença Ambiental deverá permanecer afixada em local visível no estabelecimento;
12. Requerer a Renovação da Licença de Operação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de validade desta Licença conforme Art. 41 da Lei Complementar nº 208/2015;
13. Publicar a concessão da licença expedida no presente processo no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes a sua concessão em cumprimento ao disposto no art. 10 § 1º da Lei 8938/1991, com a redação determinada pelo art. 30 da lei Complementar 140/2011. Não é necessário apresentar à SEUMA, mas deverá deixar disponível à fiscalização;
14. O empreendimento ficará passível de fiscalização e monitoramento pelo órgão competente;

Gerente da Central de Licenciamento Ambiental
Avenida Pastoreiro Rocha, 1343 - Caldeirão - Fone: 354-310 Fortaleza, Ceará, Brasil
85 3452-6900
Gerente da Central de
Licenciamento Ambiental
GELAM/SEUMA - PMF

Coordenador (a) do Licenciamento em Exercício

MAT. 98241-01





Prefeitura de
Fortaleza

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Processo SEUMA 12959/2018	Parâcer Técnico 386/2019	Data da Expedição 18/07/2019	Validade 18/07/2024	Nº 135/2019
------------------------------	-----------------------------	---------------------------------	------------------------	----------------

Empreendedor

TRANSAGUA TRANSPORTES DE AGUA LTDA

Atividade Principal Constatada

COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

Endereço

RUA SOUSA PINTO, Nº 139.

Bairro

AEROLÂNDIA

Município

FORTALEZA

Estado

CEARÁ

CNPJ/CPF

06.631.006/0001-43

EMPREENDIMENTO:

Coleta, transporte e blendagem de resíduos comuns (Classe II provenientes da coleta domiciliar, comercial, de varrição, de capinação e de varrição industrial); coleta e transporte de resíduos recicláveis, de serviços de saúde (Grupos A, B e E), perigosos sólidos, pastosos e líquidos (Classe I), lâmpadas, baterias, eletroeletrônicos, de demolições, escavações e da construção civil e industriais sólidos. Descontaminação de lâmpadas fluorescentes. Limpeza de estações elevatórias e de tratamento de efluentes, de tubulações de esgoto e galerias pluviais. Distribuição de água por caminhões. Possui área edificada de 684,01 M² e área do terreno de 674,44 M².

* Possui veículos movidos a diesel;

* Realiza serviços de manutenção, reparação e lavagem dos veículos;

* No local não são realizados serviços de guarda, pintura e abastecimento dos veículos;

* Licença Anterior: LO nº 098/2015 – Processo nº 5239/2014;

* Com relação às questões urbanísticas, esta licença foi emitida com base na Consulta Prévia de adequabilidade nº FOR2019230461 Consulta CELIF 760/2019, Processo Dataged 34/2019, emitida pela Célula de Licenciamento para Funcionamento – CELIF/SEUMA, onde informa que a atividade é adequada no ponto de vista locacional (via e zona) de acordo com artigo 279 da Lei Complementar nº 236, de 11 de agosto de 2017.

CONDICIONANTES:

ESTA LICENÇA NÃO EXIGE O EMPREENDIMENTO DE POSSUIR ÁLVARA DE FUNCIONAMENTO, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS E LICENÇA SANITÁRIA.

1. Esta licença refere-se às questões ambientais, tendo sido emitida com base nas condições operacionais da empresa em 18/07/2019, não contemplando a segurança contra incêndio e pânico, objeto do Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros, o qual é condição para operação do empreendimento. Esta licença poderá ser cancelada caso haja violação ou inadequação das condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição desta Licença conforme Art. 86 da Lei Complementar nº 208/2015, alterada pela Lei Complementar nº 235/2017;
2. Submeter à prévia análise da SEUMA qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento;
3. Cumprir rigorosamente o que determina a Legislação Ambiental vigente nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;
4. Adotar todas as medidas preventivas para evitar qualquer tipo de poluição ao meio ambiente;
5. A Licença Ambiental deverá permanecer afixada em local visível no estabelecimento;
6. Adotar medidas de modo a evitar ou minimizar a geração de poluentes atmosféricos, sejam eles em forma de gases, odores, fumaças ou poeiras;
7. Identificar os veículos com o nº da LO e sua validade, e com o credenciamento realizado pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SCSP;
8. Os resíduos deverão ser obrigatoriamente destinados a locais licenciados, nos termos do Decreto nº 13.577/2015;
9. As cargas deverão ser identificadas com o manifesto de transporte de resíduos - MTR, nos termos do Decreto nº 13.577/2015;

Gerente da Célula Licenciamento Ambiental
Anirle Barbosa C.

Gerente da Célula de
Licenciamento Ambiental
CELAM/SEUMA - PMF

Coordenador (a) do licenciamento

Gizella Melo Gomes

Coordenadora do Licenciamento

Matrícula 113311/01 - SEUMA

18/07/2019
Secretaria de Meio Ambiente





**Prefeitura de
Fortaleza**

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Processo SEUMA	Parecer Técnico	Data da Expedição	Validade	Nº
12959/2018	386/2019	18/07/2019	18/07/2024	135/2019
<p>10. Deixar disponível à Fiscalização: PGRS aprovado pela SEUMA e ART do elaborador do plano; Relatórios semestrais de Automonitoramento dos resíduos gerados no estabelecimento; Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros; Relatório do teste de opacidade dos veículos da empresa, conforme os parâmetros da resolução CONAMA N° 418/2009. Deverá ser realizado anualmente por empresas associadas ao Sindicato Nacional das Empresas de Inspeção de Segurança e Técnica Veicular (SINAV), uma via deverá andar dentro do veículo; Laudo de estanqueidade dos caminhões coletores de resíduos líquidos; Laudo de qualidade do efluente final (após passar pela caixa separadora de água e óleo), com frequência anual, contemplando os seguintes parâmetros, de acordo com a Resolução COEMA n° 02/2017 - SEMACE: BENZENO, ETILBENZENO, TOLUENO, XILENO E SUBSTÂNCIAS SOLÚVEIS EM HEXANO; Comprovação da destinação final dos resíduos coletados. Todos os documentos deverão estar atualizados / em vigência;</p> <p>11. Cumprir rigorosamente todas as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, conforme Lei Municipal n° 8.408/1999 alterada pela Lei Municipal n° 10.340/2015, Instrução Normativa SEUMA n° 02/2016 e demais legislações e NBRs referentes a resíduos sólidos;</p> <p>12. Manter o armazenamento dos resíduos em local coberto com piso impermeabilizado;</p> <p>13. Manter as máquinas e equipamentos em boas condições de uso, de modo a evitar ou minimizar ruídos acima dos parâmetros estabelecidos na Lei Municipal n° 8087/87 - Lei de Combate a Poluição Sonora, sob pena de fiscalização;</p> <p>14. Atender à Instrução Normativa n° 01/2017 - SEUMA, que estabelece as normas técnicas e administrativas do sistema de automonitoramento de efluentes líquidos, domésticos e industriais das atividades poluidoras que se encontram instaladas no Município de Fortaleza;</p> <p>15. A disposição de efluentes no solo, mesmo que tratados, não pode causar poluição ou contaminação das águas superficiais e subterrâneas, conforme Art. 2° da Resolução CONAMA n° 430/2011;</p> <p>16. Atender a Resolução Coema n° 02/2017 SEMACE, que dispõe sobre padrões e condições para lançamento de efluentes líquidos gerados por fontes poluidoras;</p> <p>17. Requerer Licença de Publicidade e Propaganda se for instalar engenhos de Publicidade e Propaganda, conforme Lei 8221/98;</p> <p>18. Requerer a Renovação da Licença de Operação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de validade desta Licença;</p> <p>19. Publicar a concessão da licença expedida no presente processo no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes a sua concessão em cumprimento ao disposto no art. 10 § 1° da Lei 5938/1981, com a redação determinada pelo art. 20 da lei Complementar 140/2011. Não é necessário apresentar à SEUMA, mas deverá deixar disponível à fiscalização;</p> <p>20. O empreendimento ficará passível de monitoramento e fiscalização pelo Órgão competente.</p>				

Gerente da Célula Licenciamento Ambiental

Gerente da Célula de
Licenciamento Ambiental
CELAM/SEUMA - PMF

Coordenador(a) de Licenciamento

Cristina Melo Gomes

Coordenadora de Licenciamento

Notícia 11331-01 - SEUMA - PMF

Ass. Adm. Pólo Ceará - Vici
Secretaria 2





Prefeitura de Fortaleza

Secretaria Municipal de
Urbanismo e Meio Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Processo SEUMA 4261/2017	Parâmetro Técnico 436/2017	Data de Expedição 19/06/2017	Validade 19/06/2022	Nº 210/2017
-----------------------------	-------------------------------	---------------------------------	------------------------	----------------

Empreendedor
NOVATERRA LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Atividade Principal Constatada
COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Endereço
AVENIDA HUMBERTO MONTE, Nº 2929, SALA 212.

Bairro

PICÍ

Município
FORTALEZA

Estado

CEARÁ

CNPJ/CPF
26.760.957/0002-00 - FILIAL

EMPREENHIMENTO:

Escritório de prestação de serviço na área de coleta e transporte de resíduos perigosos (classe II), não perigosos (classe II), recicláveis (classe II - papel e papelão), saúde (Grupos A e E), demolição e construção civil.

* Possui 05 caminhões movidos a diesel;

* No local não são realizados serviços de guarda, manutenção, reparação e lavagem dos veículos.

* A guarda e a lavagem dos veículos são realizadas na matriz da empresa localizada na Rodovia BR 116, nº 2100, KM 21, Eusebio/CE. Os serviços de manutenção e reparação são realizados por empresas terceirizadas.

CONDICIONANTES:

ESTA LICENÇA NÃO EXIGE O ESTABELECIMENTO DE POSSUIR ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS E LICENÇA SANITÁRIA.

1. Esta licença refere-se às questões ambientais, tendo sido emitida com base nas condições operacionais da empresa em 19/06/2017, não contemplando a segurança contra incêndio e pânico, objeto do Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros, o qual é condição para operação do empreendimento. Esta licença poderá ser cancelada caso haja violação ou inadequação das condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição desta Licença conforme Art. 56 da Lei Complementar nº 208/2015;
2. Submeter à prévia análise da SEUMA qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento;
3. Identificar os caminhões e contêineres com o nº da LO e sua validade, e com o credenciamento realizado pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SCSB;
4. A empresa declarou não estar enquadrada como grande geradora de resíduos como preceitua a Lei Municipal nº 9.405/1999 alterada pela Lei Municipal nº 10.340/2015. Caso passe a gerar resíduo em volume igual ou superior a 100 litros / dia ou resíduo perigoso, independente de quantidade, será passível de aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos - PGRS, devendo dar entrada em processo específico nesta secretaria através do sistema online (site: <http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/residuos.asp>);
5. Para o transporte do resíduo, não deverá destinar resíduos sólidos da construção civil a aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução Conama 307/2002, bem como a áreas de invasão, áreas de amortecimento de cheias, áreas de preservação permanente, áreas de interesse ambiental e locais não licenciados pela SEUMA;
6. Os resíduos deverão ser obrigatoriamente destinados a locais licenciados, nos termos do Decreto nº 13.577/2015;
7. As cargas deverão ser identificadas com o manifesto de transporte de resíduos - MTR, nos termos do Decreto nº 13.577/2015;
8. Deixar disponível à Fiscalização: Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros; Relatório dos testes de opacidade de todos os veículos movidos a diesel da empresa, conforme os parâmetros da resolução CONAMA Nº 418/2009. Deverá ser realizado anualmente por empresas associadas ao Sindicato Nacional das Empresas de Inspeção de Segurança e Técnica Veicular (SINAV), uma via deverá andar dentro do veículo;
9. Cumprir rigorosamente o que determina a Legislação Ambiental vigente nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;
10. Adotar todas as medidas preventivas para evitar qualquer tipo de poluição ao meio ambiente;
11. A Licença Ambiental deverá permanecer afixada em local visível no estabelecimento;
12. Requerer a Renovação da Licença de Operação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de validade desta Licença conforme Art. 41 da Lei Complementar nº 208/2015;
13. Publicar a concessão da licença expedida no presente processo no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes a sua concessão em cumprimento ao disposto no art. 10 § 1º da Lei 8938/1991, com a redação determinada pelo art. 20 da Lei Complementar 140/2011. Não é necessário apresentar à SEUMA, mas deverá deixar disponível à fiscalização;
14. O empreendimento ficará passível de fiscalização e monitoramento pelo órgão competente.

Gerente da Câmara de Licenciamento Ambiental
Avenida Paulino Rocha, 1343 - Centro - CEP 60.854-310 Fortaleza, Ceará, Brasil
85 3452-6900
**Gerente da Câmara de
Licenciamento Ambiental
CELAM/SEUMA - PMF**

Coordenador (a) do Licenciamento em exercício

MAT. 98231-01



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE



LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1081/2016 - DICOP - GECON

Validade até: 6/12/2019

RENOVAÇÃO



O Superintendente da SEMACE, no uso de suas atribuições, expede a presente Licença, que autoriza a:

Nome / Razão Social: **ECOFOR AMBIENTAL S/A**

CPF / CNPJ: **05537536000164**

Endereço: **RUA ARNALDO OSORIO, Nº 841 CEP - 60821190**

Município: **FORTALEZA/CE**

Processo SEMACE: **2014-114085/TEC/RENLO**

Nº SPU: **8164862/2014**



RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO EMBASADA NO PARECER TÉCNICO Nº 5155/2016-DICOP/GECON REFERENTE AO ATERRO SANITÁRIO METROPOLITANO OESTE DE CAUCAIA - ASMOC, LOCALIZADO NA RODOVIA BR 020, KM 14, CAUCAIA/CE, EM UMA ÁREA TOTAL DE 120 HECTARES, SENDO A ÁREA DE TRINCHEIRAS DE 78,47 HECTARES.

CONDICIONANTES:

- Submeter à prévia análise da SEMACE qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento;
- A SEMACE, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra:
 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
 - graves riscos ambientais e de saúde;
- Manter esta Licença e demais documentos relativos ao cumprimento das condicionantes ora estabelecidas, disponíveis à fiscalização da SEMACE;
- Afixar, no local do empreendimento, placa indicativa do licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução COEMA Nº 01, de 28 de fevereiro de 2000, conforme modelo que pode ser visualizado em: http://www.semace.ce.gov.br/?page_id=264;
- Apresentar à SEMACE, dentro do período de validade desta licença, uma avaliação do passivo ambiental em solo e água subterrânea, através de investigação preliminar, confirmatória e detalhada, na área do aterro e seu entorno, de acordo com o Termo de Referência Nº 216/2016-DICOP/GECON, em anexo;
- Para realização da investigação preliminar, confirmatória e detalhada, seguir o Termo de Referência Nº 216/2016-DICOP/GECON, a decisão da Diretoria Nº 103/2007/C/E, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (CETESB) e as normas da ABNT NBR 15515-1:2007, NBR 15515-2:2011 e NBR 15515-3:2013;
- A não apresentação anual do Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental - RAMA ou o seu não cumprimento configurar-se-á descumprimento de condicionante, ficando o empreendimento sujeito às penalidades previstas na legislação ambiental, podendo ainda implicar na suspensão ou não da respectiva Licença Ambiental;
- No caso de encerramento, desistência ou suspensão das atividades a empresa deverá obrigatoriamente comunicar à SEMACE;
- Se nenhum efluente é lançado em recurso hídrico, sendo todo recirculado, então o emissário final deve ser retirado, para evitar especulações quanto ao lançamento;
- Continuar instalando as drenagens de água pluvial;
- Sempre que houver líquido nas drenagens pluviais, coletar amostras para análise, considerando os mesmos parâmetros

Fortaleza, terça-feira, 6 de dezembro de 2016

JOSE RICARDO ARAUJO LIMA
Superintendente

LINCOLN DAMIÃO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor de Controle e Proteção Ambiental - DICOP
Diretor

Rua Jaime Benévolo, 1400 - Bairro de Fátima CEP 60050-081 Fortaleza-CE, Brasil
(85) 3101 5562 / (85) 3101 5518
www.semace.ce.gov.br - protocolo@semace.ce.gov.br

1 de 3





Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE



LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1081/2016 - DICOP - GECON

Validade até: 6/12/2019

RENOVAÇÃO

analisados no efluente das lagoas de estabilização;

- Explicar, quando da renovação dessa licença, qual o nível do lençol freático na área do ASMOC em operação, informando porque os níveis de 2,7 e 5 metros, constante na folha 239 do SPU 11621617-4, não podem ser considerado como o nível freático da área, e se não podem, o que eles significam. Todas as informações a esse respeito devem ser analisadas por um geólogo da SEMACE;
- Apresentar à SEMACE, quando da renovação dessa licença, uma modelagem matemática do meio fraturado (essa condicionante consta no Termo de Referência Nº 216/2016-DICOP/GECON e deve ser cumprida dentro da investigação preliminar, confirmatória e detalhada);
- ADVERTÊNCIA: O descumprimento das condicionantes da presente licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar quaisquer danos ambientais causados.

Condicionantes com Prazo:

- Publicar o recebimento desta Licença no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, em cumprimento ao Decreto Federal Nº 99.274 de 06 de junho de 1990 e a Resolução CONAMA Nº 006, de 24 de janeiro de 1986, complementada pela Resolução CONAMA Nº 281 de 12 de julho de 2001;
- A renovação desta licença poderá ser protocolada em até 120 (cento e vinte) dias de antecedência da expiração do seu prazo de validade, conforme Resolução COEMA Nº 10/2015, o que lhe conferirá a prorrogação automática de seu prazo de validade até a manifestação definitiva da SEMACE. Caso o interessado protocole a solicitação de renovação antes do vencimento da licença, porém após o mencionado prazo, não terá direito à prorrogação automática da validade da Licença;
- Em observância à Resolução COEMA Nº 10 de 11 de junho de 2015, o interessado deverá apresentar à SEMACE, anualmente a contar da data de concessão desta licença, o Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental – RAMA, a ser elaborado com base nas diretrizes contidas no Termo de Referência padrão <http://www.semace.ce.gov.br/wp-content/uploads/2010/10/FORMULARIO-do-RAMA-versao-final.pdf>;
- Apresentar à SEMACE no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta licença, o Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal – CTF, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, conforme Art 9º, inciso XII e Art 17, inciso II, da Lei Federal Nº 6.938 de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, sob pena das sanções previstas no Decreto Federal Nº 6.514 de 22 de julho de 2008.

Automonitoramento:

- Apresentar à SEMACE, anualmente, a partir da data do recebimento da presente licença, um relatório de vida útil do aterro contemplando a quantidade de resíduos depositados até o momento e a relação atualizada das empresas e municípios que enviam resíduos para o aterro, bem como as empresas transportadoras;
- Apresentar à SEMACE, quadrimestralmente, a partir da data do recebimento da presente licença, relatório de automonitoramento da água dos poços piezométricos, à montante e à jusante do aterro, contemplando no mínimo os seguintes parâmetros: Sólidos Dissolvidos Totais, Ferro, Mercúrio, Alumínio, Chumbo, Cádmio, Cobre, Crômio (Cr III + Cr IV), Manganês, Zinco, Molibdênio, Cobalto, Níquel, Vanádio, Prata, Arsênio, Amônia, Nitrato, Nitrito, Cloretos, Temperatura, pH, Materiais

Fortaleza, terça-feira, 6 de dezembro de 2016

JOSE RICARDO ARAUJO LIMA
Superintendente

LINCOLN DAVI MENDES DE OLIVEIRA
Diretor de Controle e Proteção Ambiental - DICOP
Diretor

Rua Jaime Benévolo, 1400 - Bairro de Fátima CEP 60050-081 Fortaleza-CE, Brasil
(85) 3101 5562 / (85) 3101 5518
www.semace.ce.gov.br - protocolo@semace.ce.gov.br

2 de 3





Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE



LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1081/2016 - DICOP - GECON

Validade até: 6/12/2019

RENOVAÇÃO

Sedimentáveis, Sulfeto Total, Sulfatos, Substâncias Solúveis em Hexano, DQO, DBO e Coliformes Termotolerantes;

- Apresentar à SEMACE, quadrimestralmente, a partir da data do recebimento da presente licença, o automonitoramento da água do Riacho Garoto em um ponto 500m à jusante e 500m à montante do ponto de lançamento, contemplando os seguintes parâmetros: Sólidos Dissolvidos Totais, Ferro, Mercúrio, Alumínio, Chumbo, Cádmio, Cobre, Crômio (Cr III + Cr IV), Manganês, Zinco, Molibdênio, Cobalto, Níquel, Vanádio, Prata, Arsênio, Amônia, Nitrato, Nitrito, Cloretos, Temperatura, pH, Materiais Sedimentáveis, Sulfeto Total, Sulfatos, Substâncias Solúveis em Hexano, DQO, DBO, Oxigênio Dissolvido e Coliformes Termotolerantes;
- Apresentar à SEMACE, quadrimestralmente, a partir da data do recebimento da presente licença, o automonitoramento do efluente oriundo da última lagoa de estabilização, contemplando os seguintes parâmetros: Sólidos Dissolvidos Totais, Ferro, Mercúrio, Alumínio, Chumbo, Cádmio, Cobre, Crômio (Cr III + Cr IV), Manganês, Zinco, Molibdênio, Cobalto, Níquel, Vanádio, Prata, Arsênio, Amônia, Nitrato, Nitrito, Cloretos, Temperatura, pH, Materiais Sedimentáveis, Sulfeto Total, Sulfatos, Substâncias Solúveis em Hexano, DQO, DBO, Oxigênio Dissolvido e Coliformes Termotolerantes;
- Apresentar à SEMACE, quadrimestralmente, a partir da data do recebimento da presente licença, um relatório de acompanhamento dos maciços. Nos próximos monitoramentos deve-se incluir os setores em operação (S9 e S10), além dos que já vem sendo monitorados;
- Coletar e analisar, quadrimestralmente, amostras do solo do atual ASMOC e analisar conforme Resolução Nº 420/2009, do CONAMA. Enviar os resultados à SEMACE quadrimestralmente.

Fortaleza, terça-feira, 6 de dezembro de 2016.

JOSE RICARDO ARAUJO LIMA
Superintendente

LINCOLN DAVI MENDES DE OLIVEIRA
Diretor de Controle e Proteção Ambiental - DICOP
Diretor

Rua Jaime Benévolo, 1400 - Bairro de Fátima CEP 60050-081 Fortaleza-CE, Brasil
(85) 3101 5562 / (85) 3101 5518
www.semace.ce.gov.br - protocolo@semace.ce.gov.br

3 de 3





Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE



LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 449/2017 - DICOP - GECON

Validade até: 20/6/2020

RENOVAÇÃO

O Superintendente de SEMACE, no uso de suas atribuições, expede a presente Licença, que autoriza a:

Nome / Razão Social: **CONSTRUNORTE COMERCIO, CONSULTORIAS E TRANSPORTES LTDA**

CPF / CNPJ: **13474918000203**

Endereço: **RODOVIA ANEL VIÁRIO Nº 2700 GALPÃO D - 60873844**

Município: **FORTALEZA/CE**

Processo SEMACE: **2016-161176/TEC/RENLO**

Nº SPU: **3049831/2016**



RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO REFERENTE À DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS - CLASSE I E NÃO PERIGOSOS - CLASSE IIA E IIB, CONFORME DETERMINADO NA NBR 10.004 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, TAIS COMO: SOLO CONTAMINADO COM PETRÓLEO E/OU DERIVADOS; RESÍDUOS OLEOSOS ASSOCIADOS (TRAPOS, ESTOPAS, EPI'S, ETC.; CONTAMINADO COM PETRÓLEO E/OU DERIVADOS, SOLVENTES E GORDURAS); RESÍDUOS INDUSTRIAIS COPROCESSÁVEIS E/OU INCINERÁVEIS; RESÍDUOS INDUSTRIAIS ATERRÁVEIS; RESÍDUOS INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS E RECICLAGEM DE SOLVENTES INDUSTRIAIS, SEPARAÇÃO DE ÁGUA, ÓLEO E GORDURAS, RESÍDUOS DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS; RECICLAGEM DE ÓLEOS VEGETAIS; COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E LODOOS E LAMAS GERADOS EM ETE'S INDUSTRIAIS REALIZADOS PELA EMPRESA CONSTRUNORTE COMERCIO, CONSULTORIAS E TRANSPORTES LTDA, LOCALIZADA NA RODOVIA QUARTO ANEL VIÁRIO, Nº 2700, GALPÃO D, BAIRRO PAUPINA, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE, EMBASADA NO PARECER TÉCNICO Nº 1949/2017-DICOP/GECON.

CONDICIONANTES:

- Submeter à prévia análise da SEMACE qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento;
- A SEMACE, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra:
- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
- graves riscos ambientais e de saúde;
- Manter esta Licença e demais documentos relativos ao cumprimento das condicionantes ora estabelecidas, disponíveis à fiscalização da SEMACE;
- Afixar, no local do empreendimento, placa indicativa do licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução COEMA Nº 01, de 28 de fevereiro de 2000, conforme modelo que pode ser visualizado em: http://www.semace.ce.gov.br/?page_id=264;
- No caso de encerramento, destinação ou suspensão das atividades a empresa deverá obrigatoriamente comunicar a SEMACE;

Fortaleza, quarta-feira, 25 de julho de 2017

JOSÉ RICARDO ARAÚJO LIMA
Superintendente

LINCOLN D'AVENÇÃES DE OLIVEIRA
Diretor de Controle e Proteção Ambiental - DICOP
Diretor

Rua Jamie Bonévolto, 1400 - Bairro de Fátima CEP 60050-081 Fortaleza-CE, Brasil
(85) 3101.5562 / (85) 3101.5518
www.semace.ce.gov.br - protocolo@semace.ce.gov.br

1 de 2





LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 449/2017 - DICOP - GECON

Validade até: 20/6/2020

RENOVAÇÃO

- Fornecer aos funcionários os EPI's adequados ao tipo de atividade exercida, conforme a NR-8 do Ministério do Trabalho;
- ADVERTÊNCIA: O descumprimento das condicionantes da presente licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar quaisquer danos ambientais causados.

Condicionantes com Prazo:

- Publicar o recebimento desta Licença no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data de sua concessão, em cumprimento ao Decreto Federal Nº 99.274 de 06 de junho de 1990 e a Resolução CONAMA Nº 006, de 24 de janeiro de 1995, complementada pela Resolução CONAMA Nº 281 de 12 de julho de 2001;
- A renovação desta licença poderá ser protocolada em até 120 (cento e vinte) dias de antecedência da expiração do seu prazo de validade, conforme Resolução COEMA Nº 10/2015, o que lhe conferirá a prorrogação automática de seu prazo de validade até a manifestação definitiva da SEMACE. Caso o interessado protocole a solicitação de renovação antes do vencimento da licença, porém após o mencionado prazo, não terá direito à prorrogação automática da validade da Licença;
- Apresentar à SEMACE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento desta Licença, o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal – CTF de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, emitido pelo IBAMA, conforme Art. 9º, inciso XII e art. 17, inciso II, da Lei Federal Nº 6.938 de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente, sob pena das sanções previstas no Decreto Federal Nº 6.514, de 22 de julho de 2008;
- Apresentar à SEMACE, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta licença, cópia do contrato das empresas receptoras dos resíduos e o manifesto de destinação final dos resíduos;
- Em observância ao § 1º, Art. 12 da Resolução COEMA Nº 10, de 11 de junho de 2015, o interessado deverá apresentar à SEMACE, anualmente, a contar da data de concessão desta licença, o Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental – RAMA. Esse Relatório deverá ser preenchido no sistema eletrônico NATUR Online, através do link <http://natur.semace.ce.gov.br> na Aba "Licenciamento", Menu "RAMA".

Automonitoramento:

- Apresentar à SEMACE, semestralmente o Relatório de Automonitoramento do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com indicação das quantidades geradas, classe dos resíduos e destinação final dos mesmos.

Fortaleza, quarta-feira, 21 de junho de 2017

JOSE RICARDO ARAUJO LIMA
Superintendente

LINDAUR GOMES MENDES DE OLIVEIRA
Diretora de Controle e Inspeção Ambiental - DICOP
Diretor

Rua Jaime Benévolo, 1400 - Bairro de Fátima CEP 60050-061 Fortaleza-CE, Brasil
(85) 3101 5562 / (85) 3101 5518
www.semace.ce.gov.br - protocolo@semace.ce.gov.br

2 de 2



CERTIDÃO

SPU: 3049831/2016

EM CUMPRIMENTO À PORTARIA SEMACE Nº111/2020 (DOE 14/10/2020) CERTIFICAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE A LICENÇA AMBIENTAL Nº2016-161176/TEC/RENLO EMITIDA NOS AUTOS DO PROCESSO SPU 3049831/2016 CUJA VALIDADE ERA 20/06/2020 PERMANECE VÁLIDA ATÉ O DIA 26/01/2021, LOGO, ESTÁ PRORROGADA PELO TEMPO QUE LHE RESTAVA NA DATA DA SUSPENSÃO CONFORME PORTARIA SEMACE Nº 51/2020.

Fortaleza, 2 de dezembro, 2020

www.semace.ce.gov.br e semace@semace.ce.gov.br

